

# NOVO COSMOPOLITISMO, COMUNIDADES E OCUPAÇÕES: propostas para viver uma arquitetura do por vir (à venir)

Celma Paese<sup>1</sup>

## Resumo

O novo cosmopolitismo proposto por Derrida anuncia-se como uma promessa de uma hospitalidade mais justa, aquela que tenta fazer o impossível: se expor sem limites ao que chega começando por acolher sem cálculo e sem reservas o outro singular e não só o cidadão. Neste brevíssimo ensaio procuramos refletir sobre a cidade que vai além da espetacular – considerada por muitos como legítima representante da urbe contemporânea – e os processos sociais que desafiam os limites e paradigmas espaciais existentes, promovendo a desestabilização da ‘zona de conforto espacial’ ao trazerem à luz as populações ignoradas – embora circunscritas nos processos urbanos – e suas potências econômicas, culturais e sociais. Desta maneira, convido aos arquitetos para enxergar além das convencionais fronteiras de percepção das relações entre o Humano e a Arquitetura das Cidades impostas pelo capital<sup>2</sup>.

Palavras-chave: derrida e arquitetura, contramapas, cartografia da hospitalidade, urbanismo contemporâneo, projeto de arquitetura e urbanismo.

## Abstract

The new cosmopolitanism proposed by Derrida proclaims itself as a promise of more than just hospitality, but as trying to do the impossible: to accept without judgment or hesitation the outsider and not just the resident. In this very brief essay, we try to reflect on the city that goes beyond the spectacular - considered by many as the legitimate representation of the contemporary city - and the social processes that defy existing spatial limits and paradigms, promoting the disruption of the physical/personal comfort zone by including ignored populations - although severely limited in their participation in public activities - and their economic, cultural and social power. In this way, I invite architects to see the *différance*, beyond the conventional perceptual limits, of the relations between humanity and the architecture of cities imposed by capital [valuation].  
Keywords: derrida and architecture, countermaps, cartography of hospitality, contemporary urbanism, architectural and urban design.

<sup>1</sup> Arquiteta. Atualmente é pesquisadora PNPd CAPES no Mestrado Associado Uniritter/Mackenzie. E-mail: celmapaese@gmail.com

<sup>2</sup> O texto é parte da conclusão da minha tese ‘Contramapas de Acolhimento’ concluída no PROPd-UFRRGS em 2016.



Figura 1 - Porto Alegre sobreposta. Fonte: Celma Paese, Photomerge, 2016.

## Novo cosmopolitismo

Mudanças sociais que colaboram com a inclusão e a melhora de qualidade de vida do Outro transcendem particularidades e viabilizam alternativas que priorizam a alteridade dando boas vindas à expansão da coexistência. A hospitalidade incondicional em Derrida vive no *por vir (à venir)*: mostra que é preciso que o outro seja acolhido independentemente das qualidades, pressupostos e segredos que possa vir a portar em sua espectralidade. No manifesto ao Parlamento internacional dos escritores sobre as cidades refúgio<sup>3</sup>, em 1997, Derrida afirma que o fim dos modelos de cidade que conhecemos é eminente e propõe o novo cosmopolitismo, que é a renovação do direito internacional à cidade tendo a ‘cidade-refúgio’ como protagonista, que para ele vai ‘além de uma promessa’: a cidade-refúgio pratica da fraternidade ao acolher e proteger a inocência subjetiva e perdoar a culpabilidade objetiva de todos os desmentidos que os atos infligem às intenções. A cidade-refúgio vai além da promessa do refúgio ao reconhecer, entre seus habitantes, a esperança que existe entre a ética da hospitalidade messiânica e o processo da paz na política daquele que é acolhido<sup>4</sup>.

A Carta das cidades-refúgio, que fundou a Agencia internacional das cidades-refúgio no século passado propôs abrir as cidades para além do direito de hospitalidade existente: estas reivindicações devem ser antes de tudo, um apelo audacioso a uma verdadeira inovação na história do direito de asilo ou do dever de hospitalidade. O novo cosmopolitismo proposto para a sua fundação pelo mundo originou a vontade de proclamação e instituição de numerosas cidades-refúgio: autônomas e independentes dos Estados o quanto possível, as cidades que acolheram a ideia aliaram-se criando políticas de solidariedade e hospitalidade. Estas iniciativas eram práticas que, nascidas da reflexão teórica, as fizeram funcionar imediatamente: qualquer que fosse a pessoa

<sup>3</sup> DERRIDA, Jacques. *Cosmopolites de tous les pays, encore un effort!* Paris: Galilée, 1997, p.1.

<sup>4</sup> DERRIDA, Jacques. *Adeus a Emmanuel Levinas*. Ed. Perspectiva, São Paulo: 2008, p. 131.

deslocada que buscasse por asilo em seus territórios, as políticas de hospitalidade previstas nas leis dos Estados onde se localizavam eram questionadas em busca do cultivo do direito à hospitalidade. O convite coube tanto às metrópoles quanto às cidades modestas: ao se engajarem nesta via e acolhendo para si o nome cidade-refúgio elas reativaram o sentido tradicional da palavra *refúgio* e, simultaneamente, voltaram a despertar à sua dignidade uma herança memorável. Infelizmente, a prática durou pouco tempo: no início do século a rede foi desativada por inúmeros motivos.

Porém, a proposta do novo cosmopolitismo perdura e propõe um conceito inédito de hospitalidade, de dever de hospitalidade e do direito à hospitalidade. Fernanda Bernardo considera que, o novo cosmopolitismo anuncia-se como uma promessa de uma hospitalidade mais justa, aquela que tenta fazer o impossível: se expor sem limites ao que chega começando por acolher sem cálculo e sem reservas o outro singular e não só o chamado 'cidadão'. Tal cosmopolitismo cruza a prática de um acolhimento incondicional do Outro na sua excepcional singularidade, sem saber suas regras ou intenções, sem condições, sem alibis "realistas", "pragmáticos", xenófobos ou outros, com a sua inscrição numa política e num direito. Ou seja: nas condições, leis, normas e estruturas da hospitalidade que a cidade considerar justa<sup>5</sup>. Na época do manifesto, as violências da censura eram praticadas em sua maioria contra os intelectuais, cientistas, jornalistas, escritores, enfim, pessoas públicas: em situações que suas palavras são censuradas pelas potências de comunicação, que tomam para si o poder de polícia, estes tem possibilidade de buscar outros meios para serem escutados, nem que seja apenas pela sua presença no mundo.

Ao clamar pela criação de cidade-refúgio, Derrida prenunciava um futuro-presente onde se agravam e se multiplicam a violência e crimes. As ameaças, atos de censura, de terrorismo e de assujeitamento de toda a espécie, assinados por organizações estatais, não estatais, sociedades civis, grupos políticos e religiosos: primeiro mal e a condição para a existência de todos os outros, as forças de censura e repressão de toda a espécie e natureza continuam emergindo com força através da noite onde habitam os anônimos que não possuem acesso ao grito de defesa de forma ampla. Vivemos em um contexto onde Estado não mais controla as violências que colocam em fuga refugiados ou exilados, sejam no interior ou exterior de seus territórios, o tornando impotente para assegurar a liberdade e proteção de seus cidadãos diante de ameaças terroristas e criminosas, tenham elas ou não intenções nacionalistas, xenófobas ou religiosas.

Derrida considera necessário analisar o fenômeno da restrição do direito ao acolhimento do estrangeiro em sua sequencia histórica chamando a atenção para o texto de Hanna Arendt, o "*Declínio do Estado-Nação e o fim dos Direitos do Homem*"<sup>6</sup>, onde Arendt propõe uma análise da história moderna das minorias – apátridas, refugiados, deportados. Derrida identifica no texto da autora dois grandes choques ocorridos entre as duas guerras, ambos na Europa: o primeiro foi a abolição progressiva do direito

5 BERNARDO, Fernanda. A ética da hospitalidade, segundo J. Derrida, ou o porvir do cosmopolitismo por vir a propósito das cidades-refúgio, Re-inventar a cidadania (ii): Coimbra: Revista filosófica de Coimbra -11.º 22 (2002), p. 445.

6 Hannah Arendt, em sua obra "Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo", escrito na década de 40 e publicado em 1951, ressalta o totalitarismo, como uma nova forma de governo baseada na organização burocrática das massas e apoiada no emprego do terror e da ideologia. No último capítulo, "O declínio do Estado-nação e o fim dos Direitos do Homem", a autora mantém toda a atualidade ao tratar do problema dos apátridas e dos refugiados, (povos sem Estado), fora de todo o sistema legal e expostos ao abuso da polícia. São estes princípios de exclusão da comunidade que, aliados a uma subordinação obrigatória à vontade de um Chefe (o Estado), tornaram possível o totalitarismo - ARENDT, Hanna. Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ao asilo, consequência da chegada de centenas de milhares de apátridas. Apesar do direito ao asilo sobreviver num mundo organizado em Estados-Nações a duas guerras mundiais, até o final dos anos 50 este direito era encarado como um anacronismo e como um princípio incompatível aos direitos internacionais do Estado. Houve evolução da situação até o presente momento, porém outras mudanças são indispensáveis. O segundo choque é a chegada massiva de refugiados, fato que obrigou aos governos a renunciar aos recursos clássicos: o repatriamento ou naturalização<sup>7</sup>. Até agora, nada foi feito para rever tal atitude. Será que o resgate da proposta das cidades refúgio abriria hoje um novo espaço de direito ao acolhimento de milhares de refugiados que erram pelo mundo em busca de asilo? Certamente, a fim de haver uma real mudança na situação que hoje perdura, seria preciso reavaliar os respectivos papéis das nações e das cidades reinventando suas normas a cada passo. A *hospitalidade* do novo cosmopolitismo *por vir* prioriza o acolhimento de singularidades, tanto para os visitantes inesperados quanto para os esperados. A soberania dos estados sobre estas cidades sob sua jurisdição seria questionada também nesses moldes, o que as tornaria referências espaciais únicas. Deste modo, a proposta de acolhimento do novo cosmopolitismo não precisaria se limitar à aquelas cidades que, pela força de seu nome e identidade teriam reais condições que se elevarem acima das nações onde se localizam.

## Comunidades

A cidade-refúgio remete o pensamento às comunidades das periferias das grandes cidades do Brasil: no seu início e formação elas eram espaços que agiam intuitivamente como refúgios. Sabemos que a concentração de terras nas mãos de poucos e as precárias condições de vida no campo levaram a população rural a migrar em massa para a cidade durante o processo de industrialização do milagre econômico brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, em busca da promessa de melhores condições de vida que não se realizaram. Sem haver outra opção, o assentamento destas pessoas em lugares aparentemente inóspitos os transformou em lar. Atualmente, são populações que continuam aumentando e submetendo-se às precárias condições de habitabilidade, que frequentemente perduram por anos, por puro desinteresse do estado em priorizar melhorias espaciais que realmente as interessem. Se a arquitetura de uma cidade é o receptáculo eleito pelos seus habitantes para viver as experiências de acolhimento agenciadas pelos encontros e eventos que se sucedem, mostra-se urgente a revisão das políticas de acolhimento das cidades em relação às comunidades e pessoas em situação de rua, que frequentemente são vítimas de ações higienistas disfarçadas em 'melhorias urbanas'. Estas políticas as expulsam para fora do seu espaço de pertencimento, quando na verdade o que elas precisam é de ações de inclusão espacial que sejam reais e possíveis.

Reconhecer a necessidade desta revisão é também identificar e aprender com os meios de vida de singulares e comunidades excluídas dos parques de consumo fácil e dentro deles. Na contemporaneidade, a conscientização e o incentivo ao consumo sustentável são vistas como atitudes essenciais para a preservação do planeta. Mudanças de comportamento como a disseminação de ações de economia solidária e colaborativa são consequências desta tomada de consciência. A economia solidária é uma forma de produção, distribuição e consumo com base associativista e cooperativista, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Esta forma de produção envolve as dimensões e políticas espaciais, sociais, culturais e econômicas do grupo envolvido. Já a economia compartilhada faz parte do universo da economia

7 DERRIDA, Jacques. *Cosmopolites de tous les pays, encore un effort!* Paris: Galilée, 1997, p.3 e 4.

solidária e propõe o compartilhamento de uso de bens e serviços priorizando o seu uso quando necessário e não a posse. Ações econômicas desta natureza são tão antigas quanto a humanidade e hoje são reformatadas no mundo pós-capitalista onde as relações entre as dimensões espaciais e virtuais promovidas pela tecnologia de informação borram cada vez mais os limites entre o trabalho, o tempo livre e o ganho do sustento. Esta nova política de consumo faz cada vez mais pessoas priorizarem o acolhimento de iniciativas econômicas próximas e que se identifiquem com seus valores, como: a Dna. Maria que vende tapioca e lanches no quintal de casa, o artesão e o artista conhecido pela rede social que tem seu ateliê em casa e vende na feira de artesanato, a amiga que tem uma pequena loja no bairro, a vizinha que faz sacolé para vender na saída da creche, o pasteleiro e da doceira que produzem na cozinha de casa e vendem nos grupos virtuais, o rapaz que tem uma banca de verduras na feira orgânica da praça e o bar na casa do filho do Seu Pessoa. A política de acolhimento da economia compartilhada é ainda mais forte, pois propõe ações de troca e de aluguel a baixo custo de tudo que esteja sobrando ou ocioso em uma casa – espaço, máquinas domésticas, ferramentas – através de plataformas virtuais ou mesmo pela divulgação no mural do armazém da esquina.

Ações que fazem com os envolvidos fujam dos modelos de troca tradicionais são agentes de desestabilização do monopólio da produção e comercialização dos bens de consumo pelas grandes empresas. Portanto, a economia solidária e a colaborativa tem espaço entre pessoas e grupos que buscam a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Estes fatos mostram um presente-futuro onde, o fortalecimento do incentivo à construção de políticas baseadas no acolhimento entre coletividades em todos os níveis da sociedade é o caminho para o desenvolvimento de políticas econômicas que priorizam um cotidiano inclusivo, sustentável e com qualidade de vida para todos. Nas comunidades dos considerados excluídos, estas práticas são adotadas como um valioso instrumento de sobrevivência. A dificuldade de acesso ao emprego formal faz com que elas sejam frequentemente realizadas de modo urgente e intuitivo, sem que muitas vezes as pessoas que as praticam tenham acesso a programas governamentais de capacitação e incentivo para elas por questões burocráticas ou falta de informação. Reconhecê-las é aprender o seu funcionamento e qual o seu papel na melhoria da qualidade de vida de quem as adota. Incentivar o desenvolvimento e o aprimoramento destas ações constrói as bases para a emancipação dos grupos envolvidos: a economia solidária e a colaborativa articulam a dimensão econômica, social e política em nível coletivo ampliando as possibilidades de transformações sociais mais amplas. Mostrar caminhos para divulga-las é potencializar estas transformações trazendo para comunidades descontextualizadas do circuito turístico habitual perspectivas de ações como as de turismo comunitário, que criam outros meios de inclusão enquanto desafiam os limites espaciais e culturais da cidade.

O novo cosmopolitismo aliado às iniciativas econômicas cooperativistas inspira outras propostas de acolhimento em nível de populações de excluídos. O propósito seria evitar que eles venham a cumprir o seu triste destino nos grandes centros, enquanto convida os que já se foram a retornar a seus lares: geralmente fora dos centros urbanos das grandes capitais, as suas cidades de origem são lugares onde sobra espaço e, os recursos para a promoção da vida são mal distribuídos. Ao invés destas pessoas terem que abandonar seus lares, elas seriam acolhidas e incluídas em comunidades na própria cidade criadas com base nas políticas econômicas solidárias e compartilhadas e de autogestão. Esta estrutura garantiria a geração de renda de modo inclusivo. A produção se centraria nos lares das comunidades enquanto o espaço de acolhimento em comum destas iniciativas seria projetado por arquitetos, que também auxiliariam na qualificação da infraestrutura do entorno urbano e dos lares. Para a concretização desta ideia o poder público tem papel preponderante na articulação de meios financeiros e técnicos para auxiliar no planejamento, organização e implantação de comunidades.

Estas comunidades se diferenciariam das já conhecidas cooperativas agrícolas por duas razões: a primeira é que estas cidades-comunidades-refúgio também abririam portas para acolher aqueles que por ela buscassem por portar a *différance*: na terra de asilo o diferente seria acolhido incondicionalmente nas comunidades autossustentáveis inseridas em seu território, onde a organização e a gestão igualitária e democrática atrelada aos meios de produção coletivos lhe ofereceriam um novo meio de vida, o transformando em agente de uma sociedade mais justa e produtiva. A segunda razão é diversificação da produção, que poderia ser de produtos específicos para atender a um polo industrial próximo ou criar um polo de produtos industriais gerados por pequenas indústrias que se organizariam em cooperativas para a sua venda e distribuição. Este tipo de iniciativa tem como exemplo mais famoso a Terceira Itália, que foi uma experiência de desenvolvimento industrial com base regional bem sucedida em pequenas cidades no norte e centro da Itália. Segundo o economista Adair Ilha, professor da UFSM, em artigo apresentado no terceiro encontro de economia gaúcha em 2006, onde propôs a implantação de programa semelhante na metade sul do Rio Grande do Sul, este programa do governo italiano tinha a finalidade de resolver os grandes problemas econômicos da região nos anos 1970 e 1980. São pequenos distritos industriais e clusters baseados em agrupamentos de pequenas empresas familiares que no início se localizavam nos domicílios das famílias. Organizadas no modelo de cooperativa, elas se especializaram na produção de mão de obra de determinado produto para uma indústria em específico, como têxteis, cerâmica, calçados, implementos agrícolas, autopeças e ferramentas. É importante salientar que este modelo econômico incentiva as identidades locais a valorizar das vocações de produção do lugar<sup>8</sup>. Este programa transformou uma região que antes tinha como base a economia agrícola familiar e o turismo, na região com a mais elevada renda per capita do país.

As arquiteturas nas grandes cidades, como edifícios abandonados que viram moradias de coletivos, galpões industriais em áreas centrais hoje impróprias para a indústria que abrigam triagem de lixo e terrenos baldios que viram hortas são espaços que também convidam a este modo de vida: neste caso, as iniciativas econômicas solidárias e colaborativas entre os seus habitantes ampliam as suas perspectiva de acolhimento pelo outro, os tornando agentes ativos de revisão das políticas públicas de habitações populares, do uso da terra e de meios de geração de renda dentro dos territórios urbanos. A ação econômica solidária mais conhecida neste universo é a dos galpões de reciclagem de lixo. Localizados próximo das casas dos recicladores, nas periferias e dentro das cidades, a sua produção promove sustento e a melhora da qualidade de vida para pessoas na linha da pobreza e em situação de rua. Fuão escreveu diversos textos sobre seu trabalho de anos dentro deste universo. No texto escrito em parceria com Pedro Figueiredo: Inserção do galpão de triagem como aglutinador social, os autores comentam que os galpões são espaços que vão além do trabalho formal da triagem do lixo carregando a potência de se tornarem acolhedores de diversas atividades coletivas no bairro ou na comunidade onde estão inseridos. A arquitetura do acolhimento está presente constantemente no processo, como agente de organização espacial, pois é na construção dos espaços de acolhimento que o convívio entre os associados, familiares e a comunidade vizinha se fortalece dando ao galpão um papel importante nas aspirações dos envolvidos<sup>9</sup>. A proposta é que os galpões funcionem como espaço

8 ILHA, Adair da Silva, CORONEL, Daniel Arruda, ALVES, Fabiano Dutra. O modelo italiano de desenvolvimento regional: algumas proposições para a metade sul do Rio Grande do Sul. Fundação de economia e estatística do Rio Grande do sul: Anais do terceiro encontro de economia gaúcha: 25 e 26 de Maio de 2006. Ver em <<http://www.fee.rs.gov.br/eventos/encontro-de-economia-gaucha/3-encontro-de-economia-gaucha-2006/>: <http://www.fee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m11t05.pdf>>.

Acesso em: 5 de Novembro de 2016, p. 4.

9 FUÃO, Fernando, FIGUEIREDO, Pedro. A inserção do galpão de triagem como aglutinador social. Em: FUÃO, Fernando (org): Lixivia (I) Mundi. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 42.

de acolhimento de experiências coletivas, uma espécie de sociedade aberta que abrigue em seus espaços creches, escolas, biblioteca, cozinha comunitária, eventos culturais e de lazer. O importante é que o galpão esteja dentro de uma comunidade ou vila, ou mesmo próximo a um campus universitário para efetivar o seu papel de espaço de acolhimento.

## Ocupações

Ocupações urbanas em edifícios e conjuntos habitacionais abandonados nos grandes centros urbanos dentro de zonas residenciais e comerciais consagradas são espaços que contêm a potência da mudança nas políticas habitacionais urbanas, e da economia solidária nas vocações e habilidades de seus habitantes. O objetivo das pessoas que ocupam é a busca de moradia digna. No centro de Porto Alegre, diversas ocupações desta natureza transformaram e transformam edifícios abandonados pelo poder público em espaço de acolhida, que são reformados com seus poucos recursos para garantir um mínimo de dignidade. Buonfiglio relata que, uma das ocupações mais antigas, a 20 de Novembro, do coletivo MNLM (Movimento Nacional de Luta Pela Moradia) ocupou um edifício de propriedade do Governo Federal nesta data em 2005. Localizado na esquina da Av. Mauá com a Rua Caldas Júnior e construído pelo antigo BNH (Banco Nacional da Habitação) a ocupação consagrou o caráter de espaço para o fim que foi construído: o acolhimento de lares. A ocupação chegou a contar com uma rádio livre e uma padaria para geração de renda<sup>10</sup>. Infelizmente, as famílias foram despejadas em 2007 e hoje o espaço encontra-se em abandono. A ocupação Lanceiros Negros, do coletivo MLB (Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas) que acolheu o antigo edifício do Ministério Público Estadual, que estava abandonado pelo estado há 12 anos na esquina da Gen. Andrade Neves com a Gen. Câmara<sup>11</sup>, dez anos depois teve o mesmo destino: a ocupação nasceu em 14 de Novembro de 2015 e já havia organizado entre os seus moradores uma central de pequenos serviços domésticos para a sua geração de renda. Contam com biblioteca e cozinha coletiva. A luta destas pessoas por um refúgio esbarra em dois fatores: a constante ameaça de despejo judicial e o desinteresse dos governos de promoverem políticas habitacionais que utilizem arquiteturas abandonadas de sua propriedade para este fim preferindo fomentar políticas populistas de habitação que priorizam a construção de habitações de má qualidade e de baixo custo, geralmente nas periferias das grandes cidades.

As ações de acolhimento de arquiteturas abandonadas nos centros de cidades não se limitam a cobrar dos governos o seu dever de revisar as políticas habitacionais para encontrar soluções viáveis para o teto de quem não tem teto nas grandes cidades: transformar abandonos em lares traria uma nova perspectiva para os espaços degradados pelo desuso das suas arquiteturas. Ocupações urbanas são agenciamentos do processo de revitalização do seu entorno em nível espacial, social, cultural, econômico e de segurança pública. Adotando e incentivando tais políticas de acolhimento, os governantes trariam esperança para desconstrução do Campo urbano.

Toda a arquitetura é o reflexo da política a qual serve, assim como toda a representação. Quando os arquitetos propõem-se a ser agente de criação de espaços de acolhimento *por vir*, mostram que o papel da arquitetura no mundo vai além da servidão ao espetáculo: conscientes de nossas capacidades e responsabilidades de projetar receptáculos de qualidade para acolher a vida, a ação da arquitetura abre-se para a

<sup>10</sup> BUONFIGLIO, Leda Velloso, PENNA, Nelba Azevedo. A luta no e pelo centro da cidade: um estudo em Porto Alegre. Boletim Gaúcho de Geografia n°37. Porto Alegre, UFRGS, 2011, p. 117 a 127.

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://jornalismob.com/2015/11/15/ocupacao-lanceiros-negros-nasce-no-coracao-de-porto-alegre-organizada-pelo-mlb/>>. Acesso em: 6 de Novembro de 2016.

produção de espaços de hospitalidade de diferentes escalas espaços-temporais, que acolham a diversidade humana em sua totalidade: se a terra é a hospitalidade em si – concedida originariamente a quem chega – a casa, cidade ou nação – espaços onde o dito “território” originalmente, não tem nada de natural – é o lugar eleito como refúgio. A Terra, incondicionalmente, acolhe a natureza de todos os seus filhos: o incluído, o diferente, o estrangeiro, o apátrida, o pobre e o excluído respeitando suas diferenças enquanto diferenças.

## Referências bibliográficas

ARENDDT, Hanna. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

BERNARDO, Fernanda. *A ética da hospitalidade, segundo j. Derrida, ou o porvir do cosmopolitismo por vir a propósito das cidades-refúgio*, Re-inventar a cidadania (ii): Coimbra: Revista filosófica de Coimbra -11.º 22, 2002

BUONFIGLIO, Leda Velloso, PENNA, Nelba Azevedo. *A luta no e pelo centro da cidade: um estudo em Porto Alegre*. Boletim Gaúcho de Geografia n°37. Porto Alegre, UFRGS, 2011

DERRIDA, Jacques. *Cosmopolites de tous les pays, encore un effort!* Paris: Galilée, 1997

DERRIDA, Jacques. *Adeus a Emmanuel Levinas*. Ed. Perspectiva, São Paulo: 2008

FUÃO, Fernando, FIGUEIREDO, Pedro. *A inserção do galpão de triagem como aglutinador social*. Em: FUÃO, Fernando (org): Lixivia (I) Mundi. Porto Alegre: UFRGS, 2015

ILHA, Adair da Silva, CORONEL, Daniel Arruda, ALVES, Fabiano Dutra. *O modelo italiano de desenvolvimento regional: algumas proposições para a metade sul do Rio Grande do Sul*. Fundação de economia e estatística do Rio Grande do sul: Anais do terceiro encontro de economia gaúcha: 25 e 26 de Maio de 2006. Ver em <http://www.fee.rs.gov.br/eventos/encontro-de-economia-gaucha/3-encontro-de-economia-gaucha-2006/>: <http://www.fee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m11t05.pdf>. Data de acesso: 5 de Novembro de 2016

PAESE, Celma. *Contramapas de Acolhimento*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PROPAP-UFRGS, 2016. Ver em: <<http://hdl.handle.net/10183/151123>>.